

QUANDO A OBRIGATORIEDADE ENCONTRA A PRÁTICA: DESAFIOS E APRENDIZADOS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM PARADESPORTO

Rafael Estevam Reis

Unicesumar Curitiba

Paulo Roberto Moreira

Unicesumar Curitiba

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária tem ganhado destaque no cenário acadêmico brasileiro, sobretudo após a promulgação da Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabeleceu a obrigatoriedade de que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades de extensão, com foco na interação entre universidade e sociedade. Essa diretriz promoveu uma mudança significativa na relação entre os estudantes e os projetos extensionistas, especialmente naqueles já consolidados antes da nova regulamentação (Reis; Sonoda-Nunes; Souza, 2025).

No campo da atividade física adaptada, a presença de estudantes nos projetos de extensão representa uma oportunidade privilegiada para qualificar sua formação e ampliar o conhecimento sobre a realidade das pessoas com deficiência (PCDs) (Lottermann *et al.*, 2022). Ao mesmo tempo, evidencia desafios como o desconhecimento prévio sobre o tema, a insegurança em lidar com diferentes tipos de deficiência e a dificuldade de proporcionar experiências significativas para um número crescente de participantes (Toloi; Da Silva, 2021). Nesse cenário, torna-se necessário refletir sobre os efeitos práticos da obrigatoriedade da extensão e os caminhos possíveis para manter seu potencial transformador (Ribeiro, J. P. C.; De Lima; Cruz, 2021; Rosa *et al.*, 2021).

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre o Projeto de Extensão em Paradesporto (PEP), desenvolvido na Unicesumar desde 2017. O objetivo é discutir como a obrigatoriedade da extensão tem impactado o projeto, tanto em termos de gestão quanto de formação discente, analisando suas vantagens, limitações e possibilidades pedagógicas. A partir da realidade do PEP, pretende-se contribuir para o debate sobre a formação universitária em contextos de inclusão e para o aprimoramento das práticas extensionistas que envolvem pessoas com deficiência.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E ARTICULAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE, ESTUDANTE E COMUNIDADE

A extensão universitária ocupa lugar central na missão da universidade pública ao integrar ensino e pesquisa com ações voltadas à sociedade. Sua prática rompe com a lógica unidirecional de transmissão de conhecimento ao fomentar uma relação dialógica entre saberes acadêmicos e populares. Nesse processo, a universidade oferece aportes técnico-científicos enquanto a comunidade contribui com suas demandas e experiências, promovendo uma construção mútua de saberes (De Medeiros, 2017; Deus, 2020).

Ao extrapolar os limites da sala de aula, o processo formativo assume caráter contextualizado, interdisciplinar e historicamente situado. A vivência prática de situações reais permite ao estudante desenvolver senso crítico, autonomia e maior compreensão das desigualdades sociais. Essa experiência contribui não apenas para sua formação técnica, mas também para seu comprometimento ético com a transformação da realidade (Ayres, 2015; Santana *et al.*, 2021).

Nas ações extensionistas, os estudantes se tornam protagonistas de processos educativos comprometidos com o bem comum, enquanto as comunidades acessam conhecimentos que fortalecem sua organização, sua autoestima e suas condições de vida. Trata-se de um campo privilegiado para o exercício da cidadania e da responsabilidade social, onde todos os envolvidos aprendem e se transformam (Coelho, 2014; Jezine, 2004).

Ao favorecer o encontro entre diferentes saberes e sujeitos, a extensão amplia as possibilidades de atuação da universidade, permitindo respostas mais criativas e articuladas às demandas sociais. Essa perspectiva rompe com o assistencialismo e reafirma a função pública da universidade, tornando-a mais sensível, plural e conectada ao seu tempo (Farias; Rodrigues; Cardoso, 2019; Rodrigues *et al.*, 2013).

Compreender a extensão como espaço formativo essencial significa reconhecer sua capacidade de produzir experiências significativas para todos os envolvidos, ao mesmo tempo em que consolida o papel social da universidade como agente de desenvolvimento humano e justiça social (De Medeiros, 2017; Farias; Rodrigues; Cardoso, 2019; Ribeiro, M. R. F.; Pontes; Silva, 2017; Rodrigues *et al.*, 2013).

3 O PROJETO DE EXTENSÃO EM PARADESPORTO (PEP)

O Projeto de Extensão em Paradesporto (PEP) foi criado em 2017 com o objetivo de promover a inclusão de pessoas com deficiência por meio da prática esportiva e, ao mesmo tempo, proporcionar aos acadêmicos experiências práticas alinhadas à sua formação profissional. Vinculado ao curso de Educação Física, o projeto conta também com a participação de estudantes de Fisioterapia, Nutrição e Psicologia, formando uma equipe interdisciplinar que atua nos espaços esportivos da Unicesumar Curitiba.

As atividades regulares incluem treinamentos adaptados, avaliações físicas, atendimentos multiprofissionais e ações pontuais aos finais de semana, como festivais, competições e oficinas inclusivas. Ao longo dos anos, foram ofertadas modalidades como futebol de cegos, futebol de baixa visão, futsal para pessoas com deficiência intelectual, atletismo e bocha paralímpica. Essas vivências práticas favorecem o contato direto dos alunos com diferentes tipos de deficiência, aprofundando a compreensão sobre inclusão e acessibilidade no esporte.

Um dos diferenciais do projeto é a parceria com instituições do terceiro setor que atuam com o público-alvo do paradesporto. Essas organizações utilizam a estrutura física da universidade para desenvolver as atividades e, em contrapartida, contribuem com o material humano — alunos e atletas com deficiência — possibilitando o desenvolvimento das ações. A universidade, por sua vez, oferece suporte docente e acadêmico, fortalecendo a formação dos estudantes e o impacto social do projeto.

Com encontros regulares durante a semana e eventos pontuais aos finais de semana, aliado ao planejamento contínuo entre docentes e discentes, o PEP consolidou-se como um espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Sua trajetória revela o potencial transformador da extensão universitária quando conectada às demandas sociais reais e à formação prática dos futuros profissionais.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OBRIGATÓRIA E FORMAÇÃO PARA A INCLUSÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO PEP

A promulgação da Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), determinou que, até 2024, todas as instituições de ensino superior assegurassem no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação destinados a atividades de extensão, promovendo a interação entre universidade e sociedade (Lottermann *et al.*, 2022; Ribeiro, J. P. C.; De Lima; Cruz, 2021). Com base nessa diretriz, a extensão deixou de ser complementar e passou a compor, obrigatoriamente, os currículos de graduação, trazendo implicações diretas

para a estruturação pedagógica das instituições e dos projetos existentes (Pena; Borgmann; Almeida, 2017; Reis; Sonoda-Nunes; Souza, 2025).

A literatura aponta que esse avanço normativo carrega tanto potencialidades quanto tensões. Por um lado, ampliou o alcance da extensão, criando oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências práticas conectadas à realidade social (Ribeiro, J. P. C.; De Lima; Cruz, 2021; Rosa *et al.*, 2021). Por outro, impôs desafios institucionais, como o redimensionamento dos projetos, a supervisão ampliada e o risco de esvaziamento formativo quando a participação ocorre apenas por obrigação (Schumacher et al., 2018; Toloi & Da Silva, 2021).

No âmbito do Projeto de Extensão em Paradesporto (PEP), essa transição foi acompanhada de um aumento expressivo na adesão discente. Se, inicialmente, a participação era voluntária ou vinculada a bolsas, hoje o projeto conta com dezenas de estudantes interessados em cumprir a carga horária obrigatória. Esse crescimento trouxe benefícios importantes, como a ampliação da visibilidade do paradesporto na universidade e o contato de mais acadêmicos com a realidade das pessoas com deficiência. Em contrapartida, impôs desafios à coordenação, como a dificuldade de alocar todos os alunos em atividades significativas, a necessidade de reorganizar frentes de atuação e a supervisão constante de um número elevado de participantes.

Apesar das dificuldades, esse cenário ampliado também revela um potencial transformador. Muitos estudantes que não tinham contato prévio com pessoas com deficiência passam, por meio do projeto, a compreender a importância da atuação qualificada nesse campo. Trata-se de uma experiência que não apenas contribui para a formação técnica, mas que também pode despertar o interesse profissional por uma área ainda carente de especialistas comprometidos com a inclusão. No entanto, esse processo não ocorre sem mediação: muitos discentes, especialmente no início, relatam insegurança e desconhecimento sobre como se comunicar, adaptar atividades ou lidar com diferentes deficiências, o que exige acompanhamento pedagógico próximo e estratégias que favoreçam a formação progressiva.

Assim, o PEP tem buscado promover ações de acolhimento, formação continuada e divisão por núcleos de interesse, permitindo que os estudantes avancem em sua atuação de maneira gradual e reflexiva. Essa organização visa garantir que a extensão cumpra seu papel formativo e que o contato com a pessoa com deficiência ultrapasse a barreira da obrigação curricular, tornando-se uma experiência de sentido, aprendizado e engajamento social.

Nesse sentido, a obrigatoriedade da extensão, embora desafiante, também pode ser compreendida como uma oportunidade para ampliar o compromisso da universidade com a

inclusão, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis, preparados e dispostos a atuar junto a um público historicamente negligenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obrigatoriedade da extensão universitária, ao ser incorporada às diretrizes curriculares, reposicionou o papel da universidade frente à sociedade e impôs novos desafios aos projetos já consolidados. No caso do PEP, o aumento no número de estudantes ampliou a visibilidade do paradesporto e fortaleceu sua função social. Por outro lado, também revelou limites operacionais e formativos que exigem planejamento, mediação pedagógica e reorganização constante.

Apesar das dificuldades, a experiência tem demonstrado que a vivência prática com pessoas com deficiência pode provocar deslocamentos importantes na trajetória formativa dos acadêmicos. Muitos estudantes, que antes não consideravam atuar nesse campo, passaram a demonstrar interesse, sensibilidade e envolvimento crescente com a temática da inclusão. Esse movimento é fundamental diante da escassez de profissionais qualificados para atuar com PCDs no campo esportivo.

A obrigatoriedade, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma imposição legal, mas como uma oportunidade para potencializar o impacto da extensão e ampliar o compromisso da formação superior com a diversidade e os direitos humanos. Projetos como o PEP evidenciam que, com planejamento e intencionalidade, é possível transformar uma exigência normativa em um processo pedagógico rico, capaz de formar sujeitos mais preparados para os desafios da inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYRES, J. R. Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo. **Rev Med (São Paulo)**, n. 94, p. 75–80, 2015.
- COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2014.
- DE MEDEIROS, M. M. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. **Revista Basbaquá**, v. 1, n. 1, p. 09–16, 2017.
- DEUS, S. DE. **Extensão Universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: UFSM, 2020.
- FARIAS, G. B. DE L. DE; RODRIGUES, R. S.; CARDOSO, S. R. P. A extensão acadêmica como ferramenta para aprendizagem no ensino superior. **HOLOS**, v. 2, p. 1–15, 23 dez. 2019.

JEZINE, E. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. Belo Horizonte: [s.n.], 2 set. 2004.

LOTTERMANN, A. L. F. *et al.* Projetos de extensão propostos pelos cursos de Educação Física ofertados a pessoas com deficiência. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 20, 11 nov. 2022.

PENA, L. G. DE S.; BORGMANN, T.; ALMEIDA, J. J. G. DE. A extensão universitária em modalidades paradesportivas auxiliando na formação do profissional de Educação Física: o caso da Universidade Estadual de Campinas. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 18, n. 1, 13 nov. 2017.

REIS, R. E.; SONODA-NUNES, R. J.; SOUZA, D. L. DE. Parcerias institucionais como estratégias para o desenvolvimento do paradesporto no Brasil. **Revista Retos**, v. 64, p. 263–276, 2025. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/index>>.

RIBEIRO, J. P. C.; DE LIMA, L. F.; CRUZ, T. P. A deficiência a partir do olhar das crianças do projeto de extensão “capoeira inclusiva: gingando e superando”. **Revista Adapta**, v. 13, n. 1, p. 9–16, 2021.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. DE A.; SILVA, E. A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 1, p. 52–65, 2017.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 16, p. 141–148, mar. 2013.

ROSA, C. DE A. *et al.* Projeto de extensão de atletismo adaptado UFSC: Um relato sobre os desafios da prática durante a pandemia. **Revista Adapta**, v. 13, n. 1, p. 1–8, jan. 2021.

SANTANA, R. R. *et al.* Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Revista Educação e Realidade**, v. 46, n. 2, 2021.

SCHUMACHER, G. B.; MARCHETTI, F.; MAZO, J. Z. Desenvolvimento do judô paralímpico na extensão universitária: um estudo de caso. **Physical Education and Sport Journal**, v. 16, n. 1, p. 117–127, 2018. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/index>>.

TOLOI, G. G.; DA SILVA, B. C. Projeto de extensão/UNIFAI: Ultrapassando barreiras por meio dos obstáculos. **Revista Adapta**, v. 13, n. 1, p. 17–25, 2021.

NOTA SOBRE AUTORES

Rafael Estevam Reis é licenciado e bacharel em Educação Física pela Universidade Positivo, especialista em Educação Especial e Inclusiva, especialista em Gestão em Marketing Esportivo. Mestre e doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Gestor paradesportivo com experiência em clubes e confederações nas modalidades corpo, natação, atletismo, bocha, *Rugby* em cadeira de rodas, futebol de cegos e baixa visão. Docente do curso presencial de Educação Física na Unicesumar Curitiba. E-mail: rafael_e_reis@hotmail.com

Paulo Roberto Moreira é graduado (licenciatura e bacharelado) em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação. Professor de Esportes no Instituto

Paranaense de Cegos. Professor da rede municipal de Curitiba. Docente do curso presencial de Educação Física na Unicesumar Curitiba. E-mail: pauloluo@hotmail.com